



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

SAÚDE MENTAL DA PESSOA SURDA NO BRASIL

MENTAL HEALTH OF THE DEAF PERSON IN BRAZIL

SALUD MENTAL DE LA PERSONA SORDA EN BRASIL

Letícia Cabral Guimarães¹

Submetido em: 05/04/2021

Aprovado em: 25/04/2021

RESUMO

O tema aqui abordado descreve uma pesquisa a respeito da saúde mental da pessoa surda no Brasil, cujo objetivo foi verificar formas em que saúde mental da pessoa com deficiência auditiva é impactada. O método de pesquisa escolhido foi pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os principais obstáculos encontrados foram a falta de acessibilidade e barreiras comunicacionais em diversas esferas da vida, dentro do núcleo familiar, no período escolar e na sociedade. Vale ressaltar que comunicação é um recurso necessário para o desenvolvimento tanto do surdo, quando do ouvinte. Sem ela, se inviabiliza a produção de experiências de vida, e a construção de uma visão de mundo e de si mesmo, incapacitando o indivíduo de realizar trocas de experiências e manter relações. Os resultados encontrados indicaram que pessoas com deficiência auditiva se deparam com obstáculos que as impedem de alcançarem uma boa qualidade de vida, tanto na vida profissional, quanto na vida social. Conclui-se que a pessoa surda esbarra com situações incapacitantes desde a infância por motivos comunicacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade surda. Saúde mental. Língua de sinais.

ABSTRACT

The topic addressed here was to describe a survey about the mental health of the deaf person in Brazil, whose objective was to verify ways in which the mental health of the person with hearing loss and impacted in Brazil. The research method chosen was bibliographic research, targeting the person with hearing impairment in Brazil. The results found were that people with hearing loss are faced with seeking to prevent them from achieving a good quality of life, both in professional and social life. The main results found were the lack of accessibility and communication barriers in different spheres of life, within the family nucleus, in the school period and in society. It is worth mentioning that communication is a necessary resource for the development of both the deaf and the listener. Without it, it makes it impossible to produce life experiences, to build a vision of the world and of yourself, unable to exchange experiences and maintain relationships. It is concluded that a deaf person encounters disabling hypotheses since childhood for communicational reasons.

KEYWORDS: Deaf community. Mental health. Sign language.

¹ Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Pós-graduada em Terapia Cognitiva Comportamental pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Pós-graduada em Saúde Mental pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI).

**RESUMEN**

El tema abordado aquí fue describir una encuesta sobre la salud mental de la persona sorda en Brasil, cuyo objetivo fue verificar las formas en que la salud mental de la persona con pérdida auditiva e impacta en Brasil. El método de investigación elegido fue la investigación bibliográfica, dirigida a la persona con discapacidad auditiva en Brasil. Los resultados encontrados fueron que las personas con hipoacusia se enfrentan a buscar evitar que logren una buena calidad de vida, tanto en la vida profesional como social. Los principales resultados encontrados fueron la falta de accesibilidad y barreras de comunicación en diferentes ámbitos de la vida, dentro del núcleo familiar, en el período escolar y en la sociedad. Cabe mencionar que la comunicación es un recurso necesario para el desarrollo tanto del sordo como del oyente. Sin ella, imposibilita producir experiencias de vida, construir una visión del mundo y de uno mismo, incapaz de intercambiar experiencias y mantener relaciones. Se concluye que una persona sorda se encuentra con hipótesis incapacitantes desde la infancia por motivos comunicacionales.

PALABRAS CLAVE: Comunidad sorda. Salud mental. Lengua de signos.

INTRODUÇÃO

A primeira língua para os surdos no período de escolarização deve ser a língua brasileira de sinais (LIBRAS), que possibilita a comunicação com seus pares linguísticos. Posteriormente, aprendem o português como segunda língua como forma de adequação e realização de contato com as demais pessoas, os ouvintes. Porém, é comum no Brasil que os surdos sintam dificuldade em conceber comunicação entre as pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes, pois, obstáculos no diálogo são cada vez mais comuns. Esses obstáculos podem provocar implicações no avanço social, emocional e cognitivo. Portanto, a saúde mental da comunidade surda poderá ser prejudicada (CHAVEIRO *et al.*, 2014).

Entende-se que os obstáculos criados nos contextos de trabalho, social e escolar são consequência de uma causa produzida e enraizada na sociedade, baseada na crença que a pessoa portadora de deficiência auditiva é incapaz de se adequar e acompanhar o ritmo das pessoas ouvintes. Essa crença torna clara a falta de informação a respeito dos surdos e a forma de como se deve lidar com eles. Diversos fatores foram citados, que podem dificultar a inclusão social e limitar a participação dessas pessoas no corpo social (FARIA, *et al.*, 2013).

A crença que um deficiente auditivo é incapaz de ter autonomia pode ser dissuadida por meio da estimulação sensorial e visual desenvolvendo a linguagem do indivíduo desde a fase infantil. Assim, ele será capaz de atuar no contexto social sem a necessidade de depender de terceiros ou mesmo de colocá-los em posições pouco exigentes no meio profissional. Desse modo, percebe-se que não é a privação de um dos sentidos que interfere no desenvolvimento humano, mas sim carência de estímulos intelectuais (FIGUERÊDO, 2013).

Os estímulos são apresentados aos surdos desde o núcleo familiar, também quando introduzidos na comunidade surda e na escola para que possam ser incluídos. Mas, no que tange a



atendimentos de serviços a saúde mental, estudos do Reino Unido e Organizações Não Governamentais (ONGs), dizem que surdos dispõem de muitos inconvenientes para conseguir acesso aos serviços, esse problema demonstra que esses indivíduos estão mais suscetíveis a um alto risco de suicídio em comparação a sociedade de modo geral (ANCHIETA, 2020).

O autor cita possíveis motivos para adoecimento mental dos surdos, são a ausência de uma referência dentro do contexto da surdez, o afastamento dos seus responsáveis por motivos de incompreensão da fala e alienação dos pares (ANCHIETA, 2020).

A partir do questionamento “de que forma a saúde mental da pessoa surda é afetada no Brasil?”, delimitou-se o tema da saúde mental da comunidade surda no Brasil. As possíveis hipóteses levantadas para esta pesquisa são: ausência de acessibilidade dos surdos, desde o período de escolarização, aos bens culturais, saúde e educação, que são voltados de grande maioria para os ouvintes (não surdos), está relacionada a distúrbios psicológicos, tais como depressão, isolamento social, problemas com a autoestima e suicídio.

A insuficiência de pesquisas acadêmicas a respeito da saúde mental da população surda motivou a elaboração dessa pesquisa. Sendo importante ressaltar o vínculo pessoal que a autora possui com o tema. Através de seu interesse em aprender a língua brasileira de sinais (LIBRAS) com o objetivo de poder se comunicar com os surdos. Identificar e debater os motivos que impactam a saúde mental da comunidade surda no Brasil é importante para a área da psicologia, visto que promove a difusão do assunto, estabelecendo mais literatura entorno do tema. Além de incentivar futuros acadêmicos a também se interessarem por explorar a saúde mental da pessoa com deficiência auditiva.

Esta pesquisa teve como objetivo geral discutir os fatores que impactam a saúde mental que a população surda tem vivenciado. Especificamente apresentando e discutindo os conceitos de comunicação entre surdos e ouvintes, inclusão no mercado de trabalho dos surdos, acesso à serviços de saúde e o acesso à escola.

Trata-se de estudo com abordagem qualitativa, baseado em pesquisa bibliográfica envolvendo a área da Psicologia e a Saúde mental. Foram coletados dados para embasamento teórico nas plataformas Scielo, Pepsic e Google Acadêmico. Selecionaram-se artigos, leis e sites oficiais. Os artigos, leis e sites considerados para o estudo foram aqueles que traziam informações das contribuições dos fatores que impactam a saúde mental da comunidade surda. As publicações selecionadas a partir da busca eletrônica, em língua portuguesa: saúde mental, comunidade surda e língua de sinais.

COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES

É através da comunicação entre locutor e interlocutor que o indivíduo interage com seu semelhante. O meio de comunicação utilizado pelo ouvinte é a língua oralizada/Língua Portuguesa. Já o surdo utiliza a Língua de Sinais Brasileira para comunicar-se com o meio social, permitindo sua interação e aquisição de experiências visuais. No entanto, dependendo do período de vida em que a



Libras é introduzida em sua vida, poderá haver a demora em interagir tanto com a família, que pode ou não saber libras, ou com a sociedade. Este atraso é suficiente para que o surdo encontre dificuldades para vivenciar situações, gerando prejuízos sociais, pedagógicos e emocionais que podem repercutir ao longo de sua vida (SANTOS; SILVA, 2019 apud NEFRELLI; MARCON, 2006).

Historicamente, os surdos eram vistos como sujeitos sem a capacidade de aprender, completos ignorantes. E só em 1500 passou-se a pensar no surdo como pessoas que poderiam também aprender, sem que houvesse a interferência de crenças místicas que poderiam curá-los com ajuda de magia. Surgem então, nomes como o médico e filósofo Girolamo Cardono e o monge Pedro Ponce de Leon que concordam que existe a possibilidade de o surdo desenvolver a aprendizagem, utilizando-se para isso a escrita. Com isso, estabeleceu-se a primeira escola para surdos ensinando latim, grego, italiano e outros assuntos, baseados na metodologia da dactilologia, escrita e oralização. Mais tarde Ponce de Leon criou também uma escola para professores de surdos, porém não existem livros ou publicações de seus métodos, pois na época era comum guardar segredos de como acontecia à educação dos surdos (LACERDA, 1998).

O prejuízo da falta de comunicação entre surdos e o mundo social apresenta-se em uma fala social prejudicada em comparação a fala dos ouvintes, podendo ainda ser vista como atrasada e precária. Juntamente aos obstáculos atrelados a aprendizagem da linguagem escrita e leitura, apontam para uma perspectiva de que os surdos, sem o preparo da linguagem, não estão aptos para a convivência social, possuindo impedimentos na comunicação oral e escrita (LACERDA, 1998).

É de suma relevância que pessoas surdas consigam aprender Libras desde a fase escolar, pois dessa forma, terão a possibilidade de aperfeiçoar sua fala e, por conseguinte o aprimoramento de habilidades sociais (SANTOS; SILVA, 2019 apud NEFRELLI; MARCON, 2006).

INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Os autores Santos e Silva (2019) postulam que além de influenciar na saúde mental, a deficiência auditiva pode afetar a inclusão da pessoa no mercado de trabalho, assim como na autonomia em conseguir utilizar bens sociais e culturais, como ir ao restaurante ou simplesmente obter atendimento médico. Em outras palavras, dominar a língua de sinais e o português não é garantia que o surdo terá seu espaço garantido na sociedade brasileira.

Santos *et al.* (2013) enfatizam que a deficiência não é a causa do isolamento do surdo, que seria a maneira como a linguagem acontece, na medida em que passa a não existir espaço comunicacional no contexto social e profissional. Logo, o surdo que sabe libras e a língua portuguesa não é suficiente para haver a comunicação, o ouvinte deve também ter conhecimento de como se comunicar.

Preocupando-se com a possibilidade de exclusão no mercado de trabalho, criou-se a Lei nº 8.213/91, Art. 93 do Brasil propondo a garantia de trabalho para pessoas com deficiência, sejam elas auditiva, visual, intelectual, psicossocial ou deficiências múltiplas, nas empresas com 100 (cem) ou mais empregados.



Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1993, p. 01).

A lei garante o espaço no mercado de trabalho para pessoas com quaisquer deficiências, possibilitando a inclusão social. A existência dessa lei é o que impõe muitos empregadores a contratar pessoas portadoras de deficiência auditiva, levando a pensar que se não fosse a lei, os profissionais de recursos humanos não contratariam essas pessoas. São obstáculos citados em pesquisa, a falta de preparo dos chefes e colaboradores para com os surdos e as dificuldades em linguagem entre os ouvintes e não ouvintes. E além dos bloqueios na comunicação, encontra-se a ideia que os surdos são incapazes de trabalhar ou se adaptar no trabalho, como se a deficiência auditiva interferisse na capacidade intelectual do indivíduo. Uma nova interpretação é a insuficiência de investimentos no emprego de desenvolvimento profissional pelo governo no indivíduo com deficiência (SANTOS, VIEIRA, FARIA, *et al.*, 2013).

A Nova Política Nacional de Educação Nacional lançada em 2020 de decreto nº 10.502 garante uma política de educação com aprendizado ao longo da vida. Logo, a ideia que o desenvolvimento do indivíduo com deficiência, seja auditiva ou quaisquer outras, é assegurado para toda a vida da pessoa. A ideia é um aprendizado para além do âmbito escolar, que auxilia na expansão da autossuficiência, como também seu desenvolvimento próprio, objetivando a atuação verdadeira na sociedade em todas as áreas da vida. Por conseguinte, a ideia geral que o surdo é de alguma forma incapaz, perde a força e ocorre a fácil inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

ACESSO À SERVIÇOS DE SAÚDE

Sobre questões de saúde, em um estudo de atendimento à saúde da pessoa surda Chaveiro, N. *et. al* (2010) postulam que o profissional de saúde esbarra com complicações ao atender uma pessoa com deficiência auditiva. E isso se explica pelo despreparo em se estabelecer uma comunicação satisfatória em Libras. É durante inúmeras tentativas de se comunicar, que profissionais encontram barreiras para ajudar a pessoa surda, pois se entende que a comunicação é o principal meio de acolhimento para os diferentes processos da área de saúde.

De acordo com o Art. nº25, do Decreto nº 5626, de 22 de novembro de 2005, fica evidente que a pessoa surda ou com deficiência auditiva tem direito ao atendimento diferenciado, tanto no Sistema Único de Saúde (SUS), quanto nas empresas que dispõem de autorização de serviços públicos de assistência à saúde, garantindo atenção integral a saúde dos níveis mais baixos até os de alta complexidade (BRASIL, 2005).



Considera a importância desse decreto ter entrado em vigor a partir de 2005, como uma forma de inclusão da pessoa surda ou que tenha deficiência auditiva, como garantia ao acesso à educação, saúde e implantação do controle do uso e difusão da Libras no Brasil. E mesmo com essa lei, tem-se muitas queixas com relação às barreiras comunicacionais e às políticas públicas direcionadas para a Comunidade Surda (IANNI, PEREIRA, 2009).

Os autores Chaveiro, *et al.* (2010) ressaltam a relevância de um atendimento diferenciado com a presença de um profissional intérprete de Libras para um eficaz atendimento, a fim de melhorar a comunicação entre profissionais de saúde e pessoas surdas. Entende-se como empecilho a ausência de saber Libras ou falta de entendimento da língua, logo, é requerido buscar maneiras de diálogo para preservar o atendimento à saúde.

A presença do intérprete de Libras pode ser essencial para o bom andamento do atendimento médico, mas também pode causar constrangimento para o paciente, pois sua presença pode violar o sigilo médico-paciente. O que pode ser gerador de ansiedade e afastamento do serviço público de saúde. Para isso, o intérprete deve saber seu lugar de tradutor durante o atendimento, devendo seguir com fidelidade em todas as falas, entre paciente e profissional de saúde, além de obedecer ao sigilo (CHAVEIRO, *et al.*, 2010).

ACESSO Á ESCOLA

Uma das queixas de pessoas surdas a respeito das políticas públicas de educação é que grande maioria dos surdos estão excluídos das escolas (IANNI; PEREIRA, 2009), por motivos de muitas instituições escolares não terem preparo para atender um surdo, com falta de professores bilíngues e/ou intérpretes, inviabilizando e atrasando o desenvolvimento pedagógico das crianças surdas. A criança surda é colocada em um lugar de exclusão da sociedade desde muito nova, propiciando o não estabelecimento de relações sociais. (DALCIN, 2009).

Muitos surdos nascem de pais ouvintes/oralizados, e muitas vezes seus familiares, por não saberem como se comunicar com o surdo, criam sinais caseiros que possibilitam o mínimo de comunicação entre o surdo e a família. Esses sinais são muito limitados e sem aprofundamento de assuntos mais amplos, como sentimentos e dificuldades do dia a dia. Restritos ao puramente concreto, como hora de comer e dormir. A limitação que os sinais familiares proporcionam, explica-se pela ausência do conhecimento da Libras e a impossibilidade de uso da língua falada por parte do surdo (DALCIN, 2009).

Costa *et al.*, (2020) apud Araújo (2018) concordam que muitos pais resistem em introduzir os filhos surdos na comunidade surda e, conseqüentemente na Libras. Ao criar um meio de se comunicar, utilizando sinais caseiros, eles temem que seus filhos deixem de utilizar esses sinais e passem a usar a Libras como língua predominante, dificultando ainda mais a comunicação familiar. No entanto, a família apenas age desta forma porque não tem ciência da importância da Libras para



o surdo, tanto em questão de formação de identificação social, como na possibilidade de comunicar-se com a própria família, caso a mesma também aprenda a língua de sinais.

Dalcin (2009) comenta sobre a que dificuldade no diálogo provoca angústia severa, pela pobreza de sinais que possam abarcar experiências mais profundas. Além do sentimento de tristeza, o surdo escolhe se afastar da família, se isolando por não se sentir pertencente do grupo familiar.

Dos inúmeros fatores que afetam a saúde mental do surdo, a principal barreira encontrada, reside na comunicação entre ouvinte e pessoa surda. Baseia-se na falta de preparo da sociedade e ausência de conhecimento sobre a cultura da comunidade surda (SOUZA, *et al*, 2017). Para o surdo, o decreto nº 5.626 respalda a obrigatoriedade de uma escolarização diferenciada apenas para ele, propondo a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua a ser aprendida, só após a Libras aprendida, a língua oralizada e/ou escrita será ensinada. O decreto não menciona que o aluno ouvinte deve aprender Libras também, apenas ressalta a inclusão do surdo nas turmas regulares com a presença de um intérprete como tradutor das falas dos professores (BRASIL, 2005).

E apesar da presença do intérprete na escola, ainda existe um déficit comunicacional entre os professores, funcionários e colegas de sala de aula para com o aluno deficiente auditivo. Uma vez que o intérprete não está em tempo integral com o aluno. Esse déficit é explicado pela falta de conhecimento em Libras de grande maioria das pessoas ouvintes (SOUZA MFNS, *et al*, 2017).

Pensando na inclusão, o Governo Federal, além de tornar obrigatório Libras, como primeira língua, e Língua Portuguesa, como segunda língua, para surdos nas instituições de ensino básico, fundamental e médio, incluiu Libras na grade curricular de todos os cursos de formação superior em licenciatura, como informado no decreto nº 5.626.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas (BRASIL, 2005).

O capítulo IV do decreto nº 5.626 fala sobre o uso e a difusão da Libras e da Língua Portuguesa para acesso das pessoas surdas à educação:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005).

De acordo com a Nova Política Nacional de Educação Nacional de nº 10.502 em 2020, passou-se a considerar novos recursos e serviços para apoio à educação. Como classes bilíngues de surdos, escolas bilíngues de surdos, classes especializadas específicas para os alunos surdos, também muitas outras que abrangem a demais deficiências. Desta maneira, proporciona a singularidade linguística e cultural da Língua Brasileira de Sinais, utilizando os recursos e serviços mencionados. Além de oferecer planos de desenvolvimento para cada um dos alunos, levando em



consideração suas necessidades, com elaboração, acompanhamento e avaliação que levem a integração de todo o círculo de pessoas envolvidas no desenvolvimento educacional do aluno, sendo a família, os profissionais de atendimento e outros com quem os alunos possam contar. Costa, *et al* (2020) apud Silva (2016) mencionam as repercussões que a falta de comunicação entre surdos e ouvintes geram nos próprios surdos, tornando-se um obstáculo dentro da própria família. Sendo muito comum a ocorrência de fatores de estresse e inúmeros problemas emocionais, podendo gerar ansiedade ou depressão. A pressão social entorno do surdo é tão grande para se adaptar à realidade majoritariamente ouvinte, que pouco percebemos surdos em sala de aula ou trabalhando. Alguns vivem sob cuidado dos familiares, restritos e pouco sociáveis.

Seus familiares agem cuidando da pessoa surda como se ele fosse incapaz de viver, fazendo julgamentos incorretos sobre suas capacidades de conseguirem se desenvolver sem a presença de alguém para mediar a comunicação entre ele e os ouvintes. A superproteção dos pais é fator primordial para que desencadeie ansiedade social ou fobia social no deficiente auditivo (COSTA, *et al*, 2020 apud AHMADI, *et al*, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou apresentar possíveis fatores que influenciam a saúde mental da pessoa com deficiência auditiva. Ficaram evidentes que muitas das dificuldades na vida dos deficientes auditivos mencionadas neste artigo advêm de questões comunicacionais. Vale ressaltar que comunicação é um recurso necessário para o desenvolvimento tanto surdo, quanto do ouvinte.

O não aperfeiçoamento da comunicação é motivo suficiente para que aconteça o afastamento dos familiares e da sociedade, acarretando em sentimentos de angústia e ansiedade, sintomas que podem evoluir para algo mais severo, como transtorno de ansiedade, fobia social, depressão ou suicídio.

Percebe-se a importância da introdução da Libras e a língua portuguesa escrita na vida do indivíduo surdo, com elas desenvolvem-se diversas capacidades que irão ser necessárias ao longo da vida adulta. Habilidades sociais, equilíbrio emocional e conhecimentos educacionais são benefícios resultantes da inserção da linguagem na vida de qualquer um, ouvinte ou surdo. E apesar da história retratar tempos de segregação da população surda, houve figuras importantes que viram a necessidade incluir essa população por meio da educação básica, pois perceberam que os surdos são capazes de aprender dependendo dos métodos que são utilizados. Salienta-se novamente o desenvolvimento da linguagem, pois, sem ela, os prejuízos comunicacionais causados serão levados para toda a vida adulta.

Apesar de dominar a língua, o surdo passa por situações conflitantes na vida profissional, não sendo tão simples inserir-se no mercado de trabalho, por motivos de dificilmente existir espaços comunicacionais nos contextos sociais e profissionais, levaram a criação de leis que garantissem essa inclusão, objetivando a atuação verdadeira do surdo na sociedade.



Com os mesmos pressupostos de dificuldades na comunicação, o acesso à saúde dos surdos percebeu-se bem precarizado, pois ainda existem obstáculos entre os profissionais de saúde e os surdos. A presença de um profissional intérprete de libras torna-se essencial para garantir e fazer cumprir o decreto de direito ao atendimento diferenciado, tanto no Sistema Único de Saúde (SUS), quanto nas empresas que dispõem de autorização de serviços públicos de assistência à saúde, garantindo atenção integral a saúde dos níveis mais baixos até os de alta complexidade. Destaca-se um atendimento discriminado para essa população assegurando a eficácia do tratamento em saúde.

Por fim, a inclusão dos alunos surdos em escolas e classes bilíngues é primordial para o acesso a todos esses bens já mencionados, acesso ao trabalho e saúde, considerando o desenvolvimento pedagógico das crianças surdas como fundamental para a evolução do surdo. A utilidade do aprendizado da Libras e da língua portuguesa é percebido também dentro do ambiente familiar, quando o aluno passa a participar mais frequentemente dos círculos familiares, uma vez que ele aprende a escrever o português e sua família, a dominar a Libras. A família também deve ser continuamente incluída no desenvolvimento do aluno. Trabalhar com o aluno surdo é também envolver a família, os profissionais de atendimento e outros com quem os alunos possam contar.

Leva-se em consideração também o papel da escola como parte integrante do desenvolvimento do surdo, atuando junto ao governo com responsabilidades de criar garantias de acessibilidade para que haja a inclusão social.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO ANCHIETA, E. V. Suicídio e surdez: a saúde mental não acessível: **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 6, n. 6, p. 01–13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29327/211653.6.6-1>.

BRASIL. Ministério da Casa Civil. **Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Brasília: Ministério da Casa Civil, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 10.502 DE 30 de setembro de 2020**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto 5626/05 que regulamenta a Lei nº 10436 de 24 de abril de 2002**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: HTTP://www8.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/legislacao/lf_dec5626_2005.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020

CHAVEIRO, Neuma *et al.* Qualidade de vida dos surdos que se comunicam pela língua de sinais: revisão integrativa. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 101-114, 2014.



CHAVEIRO, N. *et al.* Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. *Cogitare Enferm.*, v. 15, n. 4, p. 639-45, 2010.

COSTA, J. S. *et al.* Exclusão social da pessoa surda: Possíveis impactos psicológicos. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 19, p. 86-97, 2020.

DALCIN, Gladis. **Psicologia de educação de surdo**. Curso de Licenciatura (Disciplina de psicologia para curso de graduação de letras libras da UFSC) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FRANCELIN, Madalena Aparecida Silva; MOTTI, Telma Flores Genaro; MORITA, Ione. As ligações sociais da deficiência auditiva adquirida em adultos. **Saúde soc**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 180-192, mar. 2010.

FIGUERÊDO, R. B. S. Pessoa com deficiência auditiva: reflexões sobre Autonomia e Capacidade. *In.*: XXII Congresso Nacional do CONPEDI. **Pessoa com deficiência auditiva: reflexões bioéticas sobre autonomia e capacidade**. CONPEDI; UNINOVE: Biodireito, 2013. p. 400-422.

IANNI, Aurea; PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade. Acesso da comunidade surda à rede básica de saúde. **Saúde soc**, São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 89-92, jun. 2009.

LACERDA, Cristina B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cafajeste. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, set. 1998.

SANTOS, Fábio; SILVA, Joilson Pereira da. Ansiedade entre as pessoas surdas: um estudo teórico. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 143-157, 2019.

SANTOS, Thalita Mara; VIEIRA, Lídia Cristiane; FARIA Cleyciane Alves. Deficiência auditiva e mercado de trabalho: uma visão de empregadores da cidade de Uberlândia-MG. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 92-103, ago. 2013.

SILVA, Simone Gonçalves de Lima da. Consequências da aquisição tardia da língua brasileira de sinais na compreensão leitora da língua portuguesa, como segunda língua, em sujeitos surdos. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 21, n. 2, p. 275-288, jun. 2015.

SOUZA, M. F. N. S. *et al.* Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. CEFAC**, v. 19, n. 3, p. 395-405, maio/jun. 2017.